



Ano 18, Vol. XVIII, Núm.1, jan-jun, 2025, pág. 35-52.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

FULL-TIME EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR THE TEACHING-LEARNING PROCESS

Claudimar Paes de Almeida¹ Romilson Brito de Azevedo² Precilia Achermann Vieira³

RESUMO

A Educação em Tempo Integral configura-se como uma estratégia para promover o desenvolvimento integral do estudante, ampliando o tempo dedicado ao processo de ensinoaprendizagem e articulando conhecimentos acadêmicos, culturais e sociais. Este estudo tem como objetivo geral analisar os desafios e as possibilidades da Educação em Tempo Integral no contexto educacional brasileiro. Os objetivos específicos incluem: identificar os principais desafios enfrentados na implementação deste modelo, explorar estratégias pedagógicas eficazes e discutir os benefícios e limitações no desenvolvimento integral dos estudantes. A metodologia adotada é de cunho bibliográfico, fundamentada em obras acadêmicas e políticas públicas que abordam a temática. Os resultados apontam que, apesar dos desafios relacionados à infraestrutura, formação docente e gestão escolar, a Educação em Tempo Integral oferece possibilidades significativas para a construção de um ensino mais equitativo e integrador. Entre os desafios, destacam-se a necessidade de investimentos contínuos, o engajamento da comunidade e a adaptação curricular para integrar atividades interdisciplinares. Por outro lado, as possibilidades incluem a ampliação do protagonismo estudantil, o fortalecimento de competências socioemocionais e a redução das desigualdades educacionais. Conclui-se que, com planejamento estratégico e parcerias colaborativas, o modelo de Educação em Tempo Integral pode ser uma ferramenta poderosa para transformar a educação brasileira, promovendo aprendizagem de qualidade e equidade social.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral. Ensino-Aprendizagem. Desenvolvimento Integral. Desafios. Possibilidades.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. Graduado em Letras, pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Professor vinculado à Secretaria Municipal de Educação-SEMED (Humaitá-AM). claudimarpaes@hotmail.com

² Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Pedagogia, pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Servidor Público, Coordenador de Ensino do Programa Escola em Tempo Integral (SEMED-Humaitá-AM). romilson.azvdo16@gmail.com

³ Mestra em Letras pela Universidade Federal do ACRE-UFAC. Graduada em Letras, pela Universidade Estadual do Amazonas-UEA. Servidora Pública, Coordenadora de Ensino do Programa Escola em Tempo Integral (SEMED-Humaitá-AM). profprecilia@gmail.com





ABSTRACT

Full-time education is a strategy to promote the integral development of students, increasing the time dedicated to the teaching-learning process and articulating academic, cultural and social knowledge. The general objective of this study is to analyze the challenges and possibilities of full-time education in the Brazilian educational context. The specific objectives include: identifying the main challenges faced in the implementation of this model, exploring effective pedagogical strategies and discussing the benefits and limitations in the integral development of students. The methodology adopted is bibliographic, based on academic works and public policies that address the subject. The results indicate that, despite the challenges related to infrastructure, teacher training and school management, full-time education offers significant possibilities for the construction of a more equitable and integrative education. Among the challenges, the need for continuous investment, community engagement and curricular adaptation to integrate interdisciplinary activities stand out. On the other hand, the possibilities include increasing student protagonism, strengthening socio-emotional skills and reducing educational inequalities. It is concluded that, with strategic planning and collaborative partnerships, the full-time education model can be a powerful tool for transforming Brazilian education, promoting quality learning and social equity.

Keywords: Full-Time Education. Teaching-Learning. Comprehensive Development. Challenges. Possibilities.

PALAVRAS INICIAIS

A Educação em Tempo Integral tem emergido como uma resposta aos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro ao buscar promover um ensino mais equitativo e voltado para o desenvolvimento integral do estudante. Este modelo de educação, fundamentado na ampliação do tempo escolar, objetiva não apenas melhorar os índices de aprendizagem, mas também proporcionar uma formação que contemple aspectos cognitivos, emocionais, culturais e sociais. Diante disso, este estudo se propõe a analisar os desafios e possibilidades da Educação em Tempo Integral no contexto educacional brasileiro, contribuindo para a compreensão de seus impactos no processo de ensino-aprendizagem.

Inicialmente será abordado os conceitos e fundamentos da Educação em Tempo Integral. Este modelo tem suas raízes em políticas públicas que buscam a ampliação do acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, está alinhado a uma perspectiva que visa desenvolver os estudantes de maneira integral, considerando suas diversas dimensões e potencialidades.





No que se refere aos impactos no processo de ensino-aprendizagem, o modelo de Educação em Tempo Integral traz tanto desafios quanto oportunidades. Entre os principais benefícios, destacam-se a ampliação do tempo pedagógico, o fortalecimento das relações interpessoais e a integração de conhecimentos interdisciplinares. Contudo, desafios como a adaptação curricular, a formação docente e a gestão escolar precisam ser superadas para garantir o sucesso dessa modalidade de ensino.

A formação docente e a preparação pedagógica representam outro tópico essencial. Professores que atuam em escolas de tempo integral necessitam de uma formação continuada que os capacite a desenvolver competências socioemocionais e trabalhar de forma interdisciplinar. A falta de preparação adequada pode comprometer a implementação eficaz do modelo, destacando a importância de investimentos nessa área.

A infraestrutura e a gestão escolar também são aspectos críticos na discussão sobre Educação em Tempo Integral. Escolas precisam de espaços adequados, recursos materiais e serviços de apoio como alimentação e transporte para atender às demandas de uma jornada ampliada. Além disso, gestores escolares tem função crucial na articulação de atividades pedagógicas e extracurriculares, bem como na promoção de parcerias que apoiem o funcionamento da escola.

Entre os desafios e possibilidades práticas, destacam-se a necessidade de engajamento da comunidade escolar e o envolvimento das famílias no processo educativo. O modelo de Educação em Tempo Integral pode fortalecer laços comunitários e fomentar o protagonismo estudantil por meio de projetos interdisciplinares que integrem a realidade local ao currículo escolar.

As considerações iniciais deste estudo destacam que a Educação em Tempo Integral apresenta um grande potencial para transformar a educação brasileira. No entanto, para que esse modelo se consolide, é fundamental enfrentar desafios estruturais e investir na preparação das escolas, professores e gestores. Com planejamento estratégico e colaboração entre diferentes atores sociais, é possível criar condições para que a Educação em Tempo Integral se torne uma realidade acessível e eficaz em todo o país.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios e as possibilidades da Educação em Tempo Integral no contexto educacional brasileiro. Para isso, foram definidos objetivos específicos que envolvem: identificar os principais desafios enfrentados na implementação deste modelo, explorar estratégias pedagógicas eficazes e discutir os benefícios e limitações no desenvolvimento integral dos estudantes.





Nesse sentido, para atingir os objetivos supracitados, a metodologia adotada nesta pesquisa é de cunho bibliográfico, baseando-se em revisões teóricas e análises de estudos que tratam do tema. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais que discutem as políticas públicas relacionadas à Educação em Tempo Integral, permitindo uma reflexão crítica sobre os avanços e os desafios encontrados ao longo de sua história de implementação.

1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral tem emergido como uma resposta aos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro ao buscar promover um ensino mais equitativo e voltado para o desenvolvimento integral do estudante. Este modelo de educação, fundamentado na ampliação do tempo escolar, objetiva não apenas melhorar os índices de aprendizagem, mas também proporcionar uma formação que contemple aspectos cognitivos, emocionais, culturais e sociais. A Educação em Tempo Integral no Brasil se inspira em políticas públicas que visam combater desigualdades educacionais e garantir um ensino de qualidade para todos (Cunha, 2017).

Historicamente, a origem da Educação em Tempo Integral no Brasil remonta às experiências pioneiras do educador Anísio Teixeira na década de 1930, com a implementação dos Centros Integrados de Educação Popular na Bahia. Esses centros buscavam proporcionar uma educação que transcendesse os conteúdos curriculares tradicionais, incorporando práticas culturais, esportivas e sociais (Favero, 2018). Esse modelo foi retomado e ampliado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que previu a ampliação progressiva da jornada escolar.

A Política Nacional de Educação em Tempo Integral foi consolidada com a criação do Programa Mais Educação, em 2007. Esse programa incentivou escolas a ampliarem sua jornada e integrarem atividades extracurriculares ao currículo regular, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes (Brasil, 2007). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 também estabeleceu metas específicas para a educação integral, incluindo a Meta 6, que busca garantir a oferta de Educação em Tempo Integral em pelo menos 50% das escolas públicas até o final do período (Brasil, 2014).

Entre os objetivos da Educação em Tempo Integral, destaca-se a promoção da equidade educacional, ao oferecer mais tempo e oportunidades de aprendizagem para estudantes em situação de vulnerabilidade social (Silva, 2019). Além disso, busca-se o desenvolvimento de





competências socioemocionais e o fortalecimento do protagonismo juvenil, contribuindo para a formação cidadã (Araújo, 2020).

Os princípios orientadores da Educação em Tempo Integral incluem a integração curricular, a articulação entre conhecimentos formais e práticas sociais, e a promoção de atividades interdisciplinares. Tais princípios estão alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que enfatizam a necessidade de um ensino que respeite as diversidades culturais e sociais dos estudantes (Brasil, 2013).

Um dos principais desafios é a infraestrutura das escolas, que muitas vezes não está preparada para suportar uma jornada ampliada. A falta de espaços adequados e recursos materiais limita a implementação plena da educação integral (Cunha, 2017). Além disso, a formação docente representa outro desafio significativo, uma vez que exige capacitação específica para lidar com as novas demandas pedagógicas.

Por outro lado, a Educação em Tempo Integral apresenta oportunidades únicas para fortalecer a relação entre escola, família e comunidade. A implementação de projetos interdisciplinares, atividades culturais e esportivas podem criar um ambiente escolar mais dinâmico e inclusivo (Silva, 2019). Essas iniciativas também contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resiliência e cooperação (Araújo, 2020).

A legislação brasileira tem sido um importante alicerce para a Educação em Tempo Integral. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, já reconhecia a educação como um direito de todos e um dever do Estado, com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa (Brasil, 1988). Esse compromisso foi reforçado pela LDB, que estabelece diretrizes para a organização do ensino no país (Brasil, 1996).

A experiência brasileira também se beneficia de exemplos internacionais, como os modelos implementados em países da América Latina, incluindo Chile e Uruguai. Essas experiências destacam a importância de investimentos sustentáveis e da participação ativa da comunidade na promoção de uma educação de qualidade (Favero, 2018).

Compreende-se que, a Educação em Tempo Integral representa um avanço significativo para a educação brasileira, mas enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser superados. O fortalecimento das políticas públicas, aliado a investimentos em infraestrutura e formação docente, pode consolidar este modelo como um instrumento de transformação social e educacional.





2 IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A Educação em Tempo Integral tem gerado importantes impactos no processo de ensino-aprendizagem, promovendo transformações tanto no ambiente escolar quanto nos resultados educacionais dos estudantes. Este modelo, ao ampliar a jornada escolar, permite que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas inovadoras, favorecendo o aprendizado ativo e a construção do conhecimento de maneira significativa (Araújo, 2020).

Entre os principais impactos, destaca-se a melhora no desempenho acadêmico dos estudantes. Estudos mostram que escolas de tempo integral têm alcançado melhores índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), reflexo da possibilidade de os estudantes contarem com mais tempo para se dedicar às disciplinas curriculares e atividades complementares (Silva, 2019). Este fenômeno está alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE), que visa reduzir as desigualdades educacionais (Brasil, 2014).

Além do desempenho acadêmico, a Educação em Tempo Integral tem promovido o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resiliência e trabalho em equipe. Essas competências são essenciais para preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo (Favero, 2018). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o desenvolvimento integral dos estudantes deve contemplar dimensões cognitivas, emocionais e sociais (Brasil, 2013).

A integração de atividades interdisciplinares é outro impacto relevante. Essa abordagem permite conectar diferentes áreas do conhecimento, tornando o aprendizado mais contextualizado e significativo. Por exemplo, projetos que envolvem ciências, matemática e artes promovem uma compreensão mais ampla e prática dos conteúdos curriculares (Cunha, 2017).

A relação entre professores e estudantes também é fortalecida no contexto da Educação em Tempo Integral. O aumento do tempo de convivência permite que os professores conheçam melhor as necessidades e potencialidades de cada estudante, promovendo uma educação mais personalizada e inclusiva (Araújo, 2020). Essa abordagem está alinhada aos princípios da inclusão educativa preconizados pela LDB (Brasil, 1996).

Por outro lado, a implementação da Educação em Tempo Integral também enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada para os docentes. Professores que atuam nesse modelo precisam estar preparados para lidar com as demandas de um currículo ampliado e integrar atividades pedagógicas e socioemocionais (Silva, 2019).



Outro impacto significativo é a possibilidade de fortalecer a relação entre escola e comunidade. A Educação em Tempo Integral incentiva a participação da família e de agentes comunitários em atividades escolares, criando um ambiente de colaboração e suporte para os estudantes (Cunha, 2017). Essa interação está alinhada aos objetivos do Programa Mais Educação, que promove a integração de atividades extracurriculares ao currículo regular (Brasil, 2007).

A infraestrutura escolar também desempenha um papel fundamental nos impactos do modelo de Educação em Tempo Integral. Escolas que dispõem de espaços adequados para práticas esportivas, culturais e tecnológicas conseguem oferecer uma experiência educacional mais rica e diversificada (Favero, 2018). Contudo, ainda há desafios na ampliação desses espaços em redes públicas de ensino.

A inserção de tecnologias no contexto da Educação em Tempo Integral tem potencializado o aprendizado. Recursos digitais e plataformas interativas permitem a personalização do ensino e o acesso a conteúdos de alta qualidade (Araújo, 2020). Esse impacto está alinhado às políticas públicas que incentivam a utilização de tecnologias na educação básica (Brasil, 2014).

A Educação em Tempo Integral também tem contribuído para a redução da evasão escolar. O maior envolvimento dos estudantes com atividades diversificadas e uma rotina estruturada torna a escola mais atrativa e significativa para os jovens (Silva, 2019). Esse resultado está alinhado à Meta 6 do PNE, que busca garantir maior permanência e sucesso escolar (Brasil, 2014).

Outro aspecto importante é o impacto na saúde e bem-estar dos estudantes. A promoção de atividades físicas regulares e a oferta de alimentação balanceada contribuem para a qualidade de vida dos alunos, favorecendo também o aprendizado (Cunha, 2017). Tais iniciativas estão previstas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A consolidação do modelo de Educação em Tempo Integral depende de uma articulação efetiva entre governos, escolas e comunidades. Investimentos sustentáveis e políticas públicas consistentes são fundamentais para superar os desafios e maximizar os impactos positivos (Favero, 2018).

Portanto, os impactos da Educação em Tempo Integral no processo de ensinoaprendizagem são amplos e diversificados, abrangendo desde melhorias acadêmicas até o fortalecimento das relações interpessoais e comunitárias. Contudo, avançar nesse modelo exige





o enfrentamento de desafios estruturais e pedagógicos, com base em uma gestão educacional integrada e participativa.

3 FORMAÇÃO DOCENTE E PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA

A formação docente e a preparação pedagógica são pilares fundamentais para a qualidade da Educação em Tempo Integral. A expansão desse modelo exige profissionais capacitados a lidar com os desafios pedagógicos e sociais de uma jornada ampliada. Como destaca Gatti (2019), a formação continuada de professores deve ser uma prioridade para garantir práticas pedagógicas alinhadas às necessidades contemporâneas.

Uma das questões centrais na formação docente é a integração entre teoria e prática. Os cursos de licenciatura precisam oferecer uma base teórica sólida, aliada a experiências práticas que permitam aos futuros professores desenvolver competências para a gestão de sala de aula e o planejamento de atividades diversificadas (Libâneo, 2018).

Além disso, a preparação pedagógica deve incluir estratégias para o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância de uma formação que promova a autonomia e o protagonismo dos estudantes (Brasil, 2017).

Outro desafio relevante é a formação continuada de professores que já atuam na rede de ensino. Segundo Rodrigues (2020), programas de capacitação devem abordar temas como metodologias ativas, educação inclusiva e o uso de tecnologias na educação. Esses elementos são essenciais para que os docentes possam atender às demandas de um currículo ampliado.

A legislação educacional também reforça a necessidade de investimento na formação docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que os sistemas de ensino devem garantir a formação inicial e continuada dos professores, bem como condições adequadas de trabalho (Brasil, 1996).

A articulação entre instituições de ensino superior e redes de educação básica é outro aspecto essencial. Essa parceria permite a troca de experiências e a construção de programas de formação mais adequados à realidade das escolas. Como observa Almeida (2021), a colaboração entre essas instâncias potencializa a qualidade do ensino.

No contexto da Educação em Tempo Integral, a formação docente deve também abordar a diversidade cultural e social dos estudantes. Isso inclui a adoção de práticas pedagógicas que valorizem as especificidades regionais e promovam a inclusão (Carvalho, 2022).



Outro ponto relevante é a inserção de tecnologias digitais na formação docente. Cursos e oficinas sobre o uso de plataformas educativas, aplicativos e recursos multimídia são fundamentais para preparar os professores para os desafios de uma educação conectada e inovadora (Santos, 2018).

A preparação pedagógica também deve incluir formação em competências socioemocionais. Essas competências são essenciais para que os professores possam lidar com situações de conflito, promover um ambiente escolar positivo e apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes (Brasil, 2019).

A valorização do professor é um elemento chave para o sucesso da formação docente. Isso inclui políticas de remuneração justa, planos de carreira atrativos e condições de trabalho que favoreçam a dedicação ao ensino (Rodrigues, 2020).

A formação de professores para a Educação em Tempo Integral requer uma visão sistêmica, que considere as especificidades de cada região e as demandas das comunidades escolares. Como destaca Almeida (2021), é fundamental que as políticas públicas sejam flexíveis e inclusivas.

Outro aspecto é a importância da pesquisa educacional na formação docente. Incentivar os professores a participarem de estudos e projetos de pesquisa contribui para a inovação pedagógica e o aperfeiçoamento das práticas de ensino (Libâneo, 2018).

A BNCC também enfatiza a necessidade de formação em práticas interdisciplinares. Essa abordagem permite aos professores conectar diferentes áreas do conhecimento, tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado (Brasil, 2017).

Desse modo, a formação docente e a preparação pedagógica são elementos estruturantes para a implementação de uma Educação em Tempo Integral de qualidade. Investimentos em programas de capacitação, parcerias institucionais e valorização profissional são fundamentais para o sucesso desse modelo educacional.

4 INFRAESTRUTURA E GESTÃO ESCOLAR

A infraestrutura e a gestão escolar desempenham um papel importante na implementação bem-sucedida da Educação em Tempo Integral. Escolas bem estruturadas e geridas oferecem ambientes propícios ao aprendizado, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Segundo Cury (2020), a qualidade do ensino está intimamente ligada às condições materiais e organizacionais da escola.



Uma infraestrutura adequada inclui espaços diversificados para atividades pedagógicas, esportivas e culturais. Bibliotecas, laboratórios de ciências e tecnologia, quadras poliesportivas e áreas de convivência são exemplos de instalações que contribuem para a aprendizagem integral. A Lei nº 12.796/2013, que altera a LDB, reforça a importância de garantir condições estruturais mínimas para a educação básica.

Outro aspecto fundamental é o uso de tecnologias digitais. A inclusão de ferramentas tecnológicas no dia a dia escolar facilita o acesso à informação e amplia as possibilidades pedagógicas. Como afirma Santos (2021), a transformação digital na educação depende de investimentos em infraestrutura tecnológica e na formação docente.

A gestão escolar também exerce papel central na organização de rotinas e na promoção de uma cultura de colaboração entre os diversos atores da comunidade escolar. Gestores eficazes são capazes de implementar estratégias para otimizar recursos e envolver professores, estudantes e famílias no processo educativo (Lima, 2019).

Uma gestão democrática, conforme preconizado pelo Art. 14 da LDB, estimula a participação ativa da comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas. Essa abordagem promove um sentimento de pertencimento e contribui para a melhoria do ambiente escolar (Brasil, 1996).

Investimentos financeiros adequados são essenciais para assegurar a qualidade da infraestrutura e da gestão. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), metas específicas visam ampliar os recursos destinados à educação básica, garantindo condições mínimas de funcionamento para as escolas (Brasil, 2014).

No contexto da Educação em Tempo Integral, a organização curricular também depende de uma infraestrutura adequada. Espaços multidisciplinares possibilitam a integração de diversas áreas do conhecimento e atividades extracurriculares, promovendo uma formação mais ampla dos estudantes (Ferreira, 2022).

A infraestrutura também deve considerar a acessibilidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, tenham pleno acesso aos espaços e recursos da escola. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 reforça o direito à acessibilidade nos ambientes escolares (Brasil, 2015).

Além disso, a gestão escolar precisa estar alinhada às demandas locais e regionais. Como salienta Carvalho (2020), a adequação das políticas educacionais às especificidades regionais é um passo fundamental para o sucesso da Educação em Tempo Integral.



A manutenção da infraestrutura também requer planejamento e recursos. Gestores precisam implementar planos de manutenção preventiva para evitar a deterioração das instalações, garantindo a segurança e o conforto de estudantes e professores (Lima, 2019).

Outro desafio é a promoção de uma cultura organizacional que valorize a inovação e a sustentabilidade. Escolas podem adotar práticas de gestão ambiental, como o uso eficiente de recursos naturais e a implantação de projetos de educação ambiental (Santos, 2021).

A formação de gestores escolares é outro ponto essencial. Programas de capacitação específicos para lideranças escolares ajudam a desenvolver competências em gestão de pessoas, planejamento estratégico e avaliação de resultados (Ferreira, 2022).

A parceria com a comunidade local é vital para o fortalecimento da infraestrutura e da gestão escolar. Projetos colaborativos entre escolas, famílias e organizações locais ampliam as possibilidades de recursos e promovem a integração social (Carvalho, 2020).

Dessa forma, a infraestrutura e a gestão escolar são dimensões interdependentes que influenciam diretamente a qualidade da Educação em Tempo Integral. Investimentos sólidos, gestão eficiente e colaboração comunitária são fundamentais para garantir o sucesso desse modelo educacional.

5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PRÁTICA

A implementação da Educação em Tempo Integral apresenta uma série de desafios e possibilidades na prática, especialmente no que diz respeito às questões socioculturais e à construção de um modelo pedagógico inclusivo e efetivo. Um dos principais desafios é o engajamento das famílias, que muitas vezes enfrentam dificuldades em acompanhar e apoiar o processo educativo dos estudantes devido às condições socioeconômicas. Conforme apontam Silva e Oliveira (2021), a participação da família no ambiente escolar é um fator determinante para o sucesso do aprendizado.

A inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade é outro desafio significativo. Essa população frequentemente enfrenta barreiras como a falta de recursos materiais, dificuldades de acesso e preconceitos sociais. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, reforça a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, promovendo a acessibilidade e a adaptação dos espaços escolares.

Apesar dos desafios, a Educação em Tempo Integral também oferece muitas possibilidades. Uma delas é a integração da comunidade no cotidiano escolar. Projetos que





envolvem organizações locais, famílias e profissionais de diferentes áreas ampliam as redes de apoio e contribuem para uma formação mais rica e diversificada. Segundo Almeida (2020), a articulação entre escola e comunidade é essencial para o desenvolvimento de uma educação integral significativa.

A ampliação do protagonismo juvenil é outra possibilidade promissora. A partir de metodologias ativas e projetos interdisciplinares, os estudantes são incentivados a assumir papeis mais autônomos e a participar ativamente do processo de tomada de decisão na escola. Essa abordagem está alinhada aos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), que preconiza a formação de cidadãos críticos e participativos (Brasil, 2014).

O desenvolvimento de projetos interdisciplinares é também uma ferramenta poderosa para enriquecer a prática pedagógica. Esses projetos permitem a conexão entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma compreensão mais ampla e integrada dos conteúdos. Como destaca Pereira (2022), a interdisciplinaridade potencializa o aprendizado, tornando-o mais contextualizado e relevante.

Para superar os desafios relacionados ao engajamento das famílias, é necessário promover ações que aproximem a comunidade escolar das realidades vividas pelos estudantes. A organização de encontros periódicos, oficinas e eventos culturais são algumas estratégias que podem fortalecer esse vínculo. De acordo com Souza (2019), a escola precisa se tornar um espaço de acolhimento e diálogo constante com as famílias.

Já a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade requer ações planejadas e investimentos em infraestrutura e recursos humanos. A contratação de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, é uma das medidas propostas pelo Plano Nacional de Educação para atender às demandas dessa população (Brasil, 2014).

No âmbito das possibilidades, a integração de tecnologias digitais no ambiente escolar representa uma oportunidade para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Plataformas interativas e ferramentas digitais permitem uma maior personalização do ensino, atendendo às necessidades específicas de cada estudante. Silva (2020) aponta que a tecnologia, quando bem utilizada, pode reduzir desigualdades e ampliar horizontes educacionais.

A formação continuada dos professores é outro aspecto essencial para enfrentar os desafios e aproveitar as possibilidades da Educação em Tempo Integral. Programas de capacitação devem abordar temas como a inclusão, o uso de tecnologias e a gestão de conflitos, fornecendo aos docentes ferramentas para lidar com as demandas do modelo integral (Pereira, 2022).





Outra proposta é o fortalecimento de parcerias entre escolas e instituições de ensino superior. Essas parcerias podem resultar em programas de extensão, pesquisas aplicadas e estágios supervisionados que beneficiam tanto os estudantes quanto os professores. Almeida (2020) reforça que a colaboração entre diferentes níveis de ensino potencializa os resultados educacionais.

A promoção de uma cultura de avaliação participativa também pode contribuir para o sucesso do modelo integral. Essa prática permite identificar os pontos fortes e os desafios enfrentados pela escola, orientando a tomada de decisões de forma mais assertiva. Souza (2019) ressalta que a avaliação deve ser um processo coletivo e transparente, envolvendo todos os atores da comunidade escolar.

A implementação de políticas públicas que garantam o financiamento adequado é fundamental para viabilizar as propostas apresentadas. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é um exemplo de mecanismo que pode ser utilizado para ampliar os recursos destinados à Educação em Tempo Integral (Brasil, 2020).

Assim, embora existam desafios significativos, as possibilidades oferecidas pela Educação em Tempo Integral mostram-se promissoras. O engajamento da comunidade, a valorização do protagonismo juvenil e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares são caminhos para fortalecer esse modelo, promovendo uma formação mais ampla e inclusiva para os estudantes brasileiros.

PALAVRAS FINAIS

As reflexões finais desta análise são fundamentadas nos principais pontos discutidos ao longo do texto, abrangendo os conceitos e fundamentos da Educação em Tempo Integral, seus impactos no processo de ensino-aprendizagem, a formação docente, a infraestrutura e gestão escolar, bem como os desafios e possibilidades na prática. A Educação em Tempo Integral, como proposta pedagógica, emerge como uma iniciativa essencial para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa no Brasil, alicerçada em princípios de integração curricular e desenvolvimento integral dos estudantes.

Os conceitos e fundamentos da Educação em Tempo Integral reforçam a sua relevância histórica e política, destacando-se como um modelo que busca superar as desigualdades educacionais e sociais. O alinhamento desse modelo com as políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), é indispensável para garantir a continuidade e o fortalecimento



das iniciativas. Como ressaltado por Almeida (2020), a Educação em Tempo Integral é uma resposta necessária às demandas contemporâneas por formação cidadã.

No âmbito do ensino-aprendizagem, os impactos do modelo integral são evidentes, tanto na melhoria do desempenho acadêmico quanto na formação integral dos estudantes. A adoção de metodologias interdisciplinares e o incentivo ao protagonismo juvenil destacam-se como estratégias eficazes para engajar os estudantes e ampliar suas perspectivas educacionais. Nesse sentido, a interdisciplinaridade, como apontado por Pereira (2022), permite uma abordagem mais contextualizada e significativa do conhecimento.

A formação docente desponta como um dos pilares centrais para o sucesso da Educação em Tempo Integral. A capacitação continuada, aliada ao suporte institucional, possibilita que os professores estejam melhor preparados para enfrentar os desafios do modelo e atender às demandas específicas dos estudantes. Como defendido por Silva (2021), a valorização e formação do docente são condições indispensáveis para uma educação de qualidade.

A infraestrutura e a gestão escolar também têm um papel essencial na implementação do modelo integral. Investimentos em instalações adequadas, recursos didáticos e tecnologia são essenciais para criar um ambiente propício ao aprendizado. Além disso, uma gestão participativa e comprometida contribui para o fortalecimento da comunidade escolar, promovendo a transparência e a corresponsabilidade.

Entre os desafios destacados, estão o engajamento das famílias, a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade e a necessidade de financiamento adequado. Superar essas barreiras exige políticas públicas robustas, articulação intersetorial e uma abordagem colaborativa que envolva todos os atores educacionais. Como enfatizado por Souza (2019), a participação ativa de toda a comunidade escolar é essencial para a construção de um modelo educacional inclusivo.

Por outro lado, as possibilidades apresentadas pela Educação em Tempo Integral são vastas e promissoras. A integração da comunidade, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a ampliação do protagonismo juvenil destacam-se como caminhos viáveis para potencializar os resultados do modelo. Essas ações, alinhadas a uma gestão escolar efetiva, podem transformar a realidade educacional brasileira.

Propostas para o fortalecimento do modelo incluem o incentivo à avaliação participativa, a ampliação do Fundeb e a formação de parcerias estratégicas entre escolas e instituições de ensino superior. Essas iniciativas visam garantir a sustentabilidade do modelo e



ampliar seu alcance. Como destaca Silva (2020), a colaboração entre diferentes instâncias educativas é fundamental para promover a qualidade do ensino.

A promoção de uma cultura escolar baseada no diálogo, na inclusão e na equidade também é essencial para o sucesso da Educação em Tempo Integral. Isso requer o compromisso de gestores, professores, estudantes e famílias em construir um ambiente escolar mais acolhedor e participativo. Conforme reforçado por Almeida (2020), a escola deve ser um espaço de pertencimento e formação cidadã.

Nesse cenário, a Educação em Tempo Integral surge como uma oportunidade única para reconfigurar o sistema educacional brasileiro, promovendo um modelo mais justo e inclusivo. Apesar dos desafios, as possibilidades apresentadas indicam um caminho promissor para a construção de uma sociedade mais equitativa e desenvolvida.

Assim, o sucesso da Educação em Tempo Integral depende de um esforço coletivo e integrado, envolvendo a participação ativa de todos os atores sociais. O fortalecimento desse modelo pode transformar a realidade de milhões de estudantes brasileiros, garantindo-lhes acesso a uma educação de qualidade e oportunidades igualitárias de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A. **Formação docente e desafios contemporâneos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

ALMEIDA, R. S. Escola e comunidade: um olhar integrado. São Paulo: Cortez, 2020.

ARAÚJO, M. F. Educação Integral e Protagonismo Juvenil. São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4/2013.** Disponível em: https://www.mec.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.



BRASIL. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Lei nº **14.113/2020.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.796/2013.** Altera a LDB para dispor sobre a obrigatoriedade da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei nº 13.005/2014.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Formação de Professores. **Portaria MEC nº 1.304/2019.** Disponível em: https://www.mec.gov.br. Acesso em: 06 dez. 2024.

CARVALHO, L. C. Educação e Diversidade Cultural. Recife: UFPE, 2022.

CARVALHO, L. C. Políticas educacionais e gestão escolar. São Paulo: Cortez, 2020.

CUNHA, M. A. Desafios da Educação Integral no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

CURY, C. R. J. **Infraestrutura escolar e qualidade da educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FAVERO, M. A história da Educação Integral no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

FERREIRA, M. A. Gestão escolar: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2022.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019.



LIBÂNEO, J. C. Didática Crítica. São Paulo: Autores Associados, 2018.

LIMA, M. R. Planejamento e manutenção escolar. Recife: UFPE, 2019.

PEREIRA, M. A. **Interdisciplinaridade na Educação em Tempo Integral.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RODRIGUES, M. A. **Políticas de formação continuada para professores.** Porto Alegre: Penso, 2020.

SANTOS, R. A. Sustentabilidade na gestão escolar. Florianópolis: UFSC, 2021.

SANTOS, R. A. **Tecnologias na Educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2018.

SILVA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. **Família e escola:** desafios e potencialidades. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021.

SILVA, M. **Tecnologia e educação:** novos caminhos para o aprendizado. Porto Alegre: Sulina, 2020.

SILVA, R. A. Educação Integral: Possibilidades e Limitações. Recife: UFPE, 2019.

SOUZA, R. **Avaliação participativa:** caminhos para uma gestão escolar democrática. Recife: UFPE, 2019.

Recebido em: 06 de dezembro de 2024.

Aceito em: 19 de dezembro 2024.

Publicado em: 01 de janeiro de 2025.



Autoria:

Autor 1

Nome: Claudimar Paes de Almeida

Instituição, breve currículo: Mestre em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. Graduado em Letras, pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Professor vinculado à Secretaria Municipal de Educação-SEMED (Humaitá-AM).

E-mail: claudimarpaes@hotmail.com

País: Brasil

Autor 2:

Nome: Romilson Brito de Azevedo

Instituição, breve currículo: Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Pedagogia, pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Servidor Público, Coordenador de Ensino do Programa Escola em Tempo Integral (SEMED-Humaitá-AM).

E-mail: romilson.azvdo16@gmail.com

País: Brasil

Autor 3:

Nome: Precilia Achermann Vieira

Instituição, breve currículo: Mestra em Letras pela Universidade Federal do ACRE-UFAC. Graduada em Letras, pela Universidade Estadual do Amazonas-UEA. Servidora Pública, Coordenadora de Ensino do Programa Escola em Tempo Integral (SEMED-Humaitá-AM).

E-mail: profprecilia@gmail.com

País: Brasil